

# Corporações é que mandam na Constituinte

Parlamentares abandonam a orientação partidária para votar segundo o grupo a que pertencem

Independente de sua filiação partidária, os constituintes votaram, nas subcomissões e comissões temáticas, menos em função dos partidos a que pertencem e mais de acordo com a atividade econômica que exercem. As eventuais vitórias até agora registradas por qualquer dos grupos formados para a elaboração da nova Carta não têm a garantia de se repetirem em plenário, a partir de setembro, quando a negociação deverá prevalecer sobre a disputa de grupos através do voto.

Alguns destes grupos — como o que defende os interesses dos proprietários rurais — chegam a formar verdadeiras corporações dentro da Constituinte, atuando com invejável sintonia, e conseguindo obter expressivos ganhos. As "corporações" mais fortes são justamente as que representam os interesses das classes proprietárias que, se não conseguirem impedir avanços em alguns temas, como os direitos dos trabalhadores, asseguraram a manutenção de seus privilégios.

O atual estágio da Constituinte — o texto produzido pela comissão de sistematização conseguiu desagradar a gregos e troianos —, resultado de embates dentro entre constituintes com posições opostas nos diversos temas, deverá evoluir, no grande plenário, para uma situação de entendimento, segundo a avaliação do relator da comissão de sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), que espera chegar à votação com "pelo menos 90% de consenso". Ao plenário só irão, no entanto, os pontos, as questões sobre as quais não há qualquer possibilidade de acordo, a reforma agrária, a anistia, o sistema de governo e o mandato presidencial e as questões trabalhistas da estabilidade e da jornada de trabalho.

## EMPRESARIADO

O tema que polemizou as discussões nesta comissão foi a reforma agrária. Segundo o estudo do professor David Fleischer, chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, há entre os constituintes nada menos que 133 proprietários rurais. Na Subcomissão da Reforma Agrária, representantes deste grupo conseguiram reduzir a apenas três artigos — que praticamente inviabilizam a reforma — o extenso texto produzido pelo relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE). Entre os principais articuladores desta mudança, estavam o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), dois dos mais empenhados parlamentares em impedir avanços na questão da terra.

## Geraldo Campos: os servidores

O deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), foi cassado em 1964 pelo Ato Institucional nº 1, quando era presidente da Associação dos Servidores da Novacap. No ano passado, Campos se elegeu para a Constituinte com votos vindos principalmente dos milhares de servidores públicos do Distrito Federal, com uma única promessa aos eleitores — lutar para a conquista de mais direitos para a categoria. Esta luta está centrada em dois itens principais — a unificação do regime jurídico para todos os servidores públicos brasileiros e elevação dos níveis de remuneração para a categoria.

Geraldo Campos junto com um grupo de constituintes a que ele chama de "frente pelo funcionalismo" havia conseguido colocar todos os artigos sobre direitos dos trabalhadores num mesmo capítulo. Atenção, reparou que havia, no anteprojeto da Comissão de Sistematização, uma "cochilada" do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM): a inclusão das normas para o servidor público num capítulo diferente, o do Poder Executivo. "Estamos vigilantes" — avisa.

Campos é contrário ao "enxugamento" da Constituinte; defende um texto longo, só assim, acredita, ela será suficientemente abrangente, principalmente nas questões relativas ao trabalhador. Acha também que é "absurdo" que não conste do texto constitucional a estabilidade no emprego e jornada de 40 horas semanais. Considera que deve haver negociação sobre este tema, mas só no que diz respeito à maneira pela qual o trabalhador pode ser dispensado, quando se trata de justa causa. Não está disposto a abrir mão da estabilidade, e para isto espera continuar contando com os membros da "frente", que congrega membros do PT, como o deputado Paulo Paim (RS) e Benedita da Silva (RJ) e até pefelistas e empresários.

O perfil dos constituintes pode ser avaliado pela natureza das emendas que apresentaram ao longo do processo constituinte. Mário Bouchardet, (PMDB-MG), por exemplo, um dos grandes usineiros de Minas, apontado pelos colegas como dono de grande fortuna pessoal, apresentou uma emenda tratando de questões meramente cartoriais. Segue, no entanto, as orientações do grupo mais conservador na área econômica. Marluce Pinto, outra empresária da construção civil, não se diferenciava de Rosenmann quanto à atuação na Assembleia. Sem ter uma presença marcante na apresentação de emendas, vota sempre com os constituintes que defendem as teses mais conservadoras.

Entre as principais questões debatidas na subcomissão e na comissão que trataram do tema, estava o relacionamento entre os setores público e privado. Uma grande divergência surgiu quanto à execução das ações de saúde — função atribuída ao setor público. Um grupo de constituintes, entre os quais dois de hospitais, pretendia limitar a atuação do setor público ao controle e à regulação das ações de saúde, mas não obteve êxito — a maioria dos médicos conseguiu avanços significativos nessa área.

O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), dono de hospital, apresentou emenda estabelecendo que "é dever do Estado a normatização e controle das ações de saúde, cabendo a execução da cobertura assistencial tanto ao setor público quanto ao setor privado". Na mesma linha, o deputado Mattos Leão (PMDB-PR), também dono de hospital, subscreveu emenda segundo a qual as ações de saúde são funções de natureza pública e privada, cabendo ao Estado sua normatização e controle. Ele tentou ainda limitar a intervenção do poder público nos serviços de saúde de natureza privada aos casos de calamidade pública ou guerra. A proposta foi rejeitada.

Segundo o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), a modernização do sistema foi defendida pela maioria dos médicos integrantes da subcomissão e da comissão. Alguns destes profissionais continuam a se reunir para fazer prevalecer em plenário suas propostas, apoiadas, de acordo com o representante do PT, pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), também médico, e até por um dono de hospital, o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE). Entre as conquistas do grupo está a proibição

de destinação de recursos públicos para investimentos em instituições privadas com fins lucrativos, a possibilidade de desapropriação e intervenção do poder público nos serviços de saúde de natureza privada necessários ao alcance da política nacional do setor, e a vedação da exploração, por parte de empresas estrangeiras, dos serviços de assistência à saúde no País.

## COMUNICAÇÃO

Na Comissão da Família, Ciência, Tecnologia, Educação e Comunicação, não houve acordo entre os blocos progressista e conservador, o que acabou resultando na rejeição integral do substitutivo do relator Artur da Távola (PMDB-RJ) promovida com grande participação dos donos de rádio e TV. Nos três dias em que os membros da comissão tentaram chegar a um consenso que permitisse pelo menos a votação de emendas destacadas do anteprojeto, os progressistas obstruíram as votações, conscientes de que perderiam, no voto, o que não haviam conseguido obter por acordo.

Uma manobra do grupo conservador, unido corporativamente — eles conseguiram colocar em votação o substitutivo do relator antes de acertar um procedimento em relação às questões polêmicas, que poderiam ser apreciadas como destaques, reduziu a zero, logo no segundo dia de discussões, as possibilidades de consenso. A "líder" informal dos conservadores, deputada Rita Furtado (PFL-RO), só concordou em votar o substitutivo caso os progressistas, liderados pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), aceitassem não alterar o atual sistema de concessões para operação de emissoras de rádio e televisão — hoje responsabilidade exclusiva do Presidente da República, Cristina Tavares e seu grupo insistiam e modificá-lo, transformando-o em responsabilidade de um Conselho Nacional de Comunicações (uma proposta da Federação Nacional dos Jornalistas — Fenaj).

O substitutivo de Távola foi derrotado por 37 votos (entre os quais 11 de constituintes-proprietários de rádios ou televisões) contra 26, dados por parlamentares progressistas do PMDB, PFL, PDT e PT.

## EDUCAÇÃO

Também na Educação não houve acordo entre os constituintes. O tema estava incluído entre os tratados pela Comissão da Família, a mesma que dis-

cutiu a comunicação. Dos 37 votos contrários ao anteprojeto do deputado Artur da Távola, 12 foram dados por deputados "evangélicos", muitos deles proprietários de escolas. O deputado Bezerra de Melo (PMDB-CE), proprietário de faculdades, assim como Agripino Lima (PFL-SP) dono de vários colégios na região de Presidente Prudente, em São Paulo, lideravam o grupo contrário à destinação exclusiva de verbas públicas para o ensino público — eles desejavam que as entidades de ensino particular também recebessem destinações dos cofres da União.

A partir da intervenção de deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), um acordo foi tentado. As verbas públicas poderiam ser destinadas a entidades particulares de ensino, desde que estas tivessem finalidades não-lucrativas. O senador João Calmon, um dos líderes da linha "conservadora", chegou a aceitar a inclusão da "finalidade não-lucrativa" no texto referente às verbas públicas, como na questão da comunicação, mais polêmica, não houve consenso, o relatório foi derrubado.

## ORDEM SOCIAL

As articulações que levaram a Comissão da Ordem Social a enviar para a Sistematização um anteprojeto considerado pelos trabalhadores avançado e progressista estão fora do Congresso Nacional. Foi o DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar que, antes mesmo da Constituinte estar instalada, começou um trabalho de incansável fôlego, apresentando-o a deputados e senadores como sugestão para as discussões sobre a nova legislação trabalhista.

O trabalho do DIAP veio de encontro ao que os constituintes progressistas desejavam. Todas as negociações que ocorreram na comissão passaram pelo aval do DIAP, que providenciou um levantamento completo das tendências dos vários parlamentares da Ordem Social. Entre os que trabalharam pela aprovação de anteprojeto progressista, estão, além do deputado Geraldo Campos, (que teve o maior número de emendas aproveitadas na Constituinte), Floriceno Paixão (PDT-RS) e o senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), além do próprio relator, Almir Gabriel (PMDB-PA). Encabeçando o bloco dos conservadores, estiveram o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), João da Mata (PFL-PB) e Osvaldo Bender (PDS-RS). Rosenmann tem pregado o expurgo da ala progressista do PMDB.



Afif Domingos

## Afif, porta-voz dos empresários

Empresário do ramo de seguros, ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, do Badep e ex-secretário de Agricultura do Estado, o deputado Afif Domingos assegura que na Constituinte os princípios deverão prevalecer sobre o espírito corporativista, e está certo de que vem agindo nesse sentido desde que assumiu seu mandato.

Todavia, ao participar da Comissão de Ordem Econômica, de certo modo se contradisse, pois aliou-se a um grupo, formado todo por empresários ou grandes proprietários rurais, para combater o texto do substitutivo que ampliava o monopólio do petróleo. Segundo explicou, ele e os constituintes Gilson Machado, Irapuá Costa Junior, Marcos Lima, Nyder Barbosa, Jaiques Fontoura, Antonio Ueno, Gil Cesar e Albano Franco, decidiram articular a quebra do monopólio do refino para obrigar o relator Virgildário Sena a recuar um pouco nos avanços, como aconteceu.

Indagado das razões de formar com capitalistas, Afif Domingos se defendeu: "eu não pedi atestado ideológico de ninguém". Ele acha, contudo, que a ação dos grupos será feita em função da discussão e sempre para forçar negociações. Aos 43 anos, reforçando sua condição hoje apenas de parlamentar, o constituinte paulista disse que essas ações são meramente técnicas e que não aceita a idéia de deixar predominar o espírito corporativista. Ao mesmo tempo, defende um texto de centro, dentro da tese social-liberal.

O corporativismo é uma triste herança do Brasil, ligado ao fascismo do estado novo e como constituintes de hoje não podemos nos deixar levar por esse espírito — pregou ainda Domingos, achando inclusive que no trabalho elaborado por 33 parlamentares designados pelo relator Bernardo Cabral, isso ficará muito claro, pois eles buscam um texto enxuto, com ênfase nos princípios e limpo de interesses corporativistas.

Mas, numa tímida defesa dos políticos-capitalistas, disse Afif Domingos que a Constituinte está cheia de corporativismo externo, haja vista as reivindicações do ministério público, dos delegados de polícia ou dos juizes classistas, apontou. Ele, como constituinte, firmou sua atuação na apresentação de sugestões defendendo o funcionamento das microempresas e criando sua municipalização, com o que elas se livrariam dos impostos estaduais e federais.

Afif Domingos acha cedo para se tirar qualquer conclusão a respeito da atuação dos constituintes como grupos de interesses. Falando sobre reforma agrária, defendeu que ela seja feita apenas em terras improdutivas e cujo processo passe por rito sumário em Varas especializadas, mas condena a criação de uma justiça agrária no País.

## LEONARDO MOTA

### Formou-se o tripé

O presidente Sarney, o deputado Ulysses Guimarães e o senador Marco Maciel tiveram, ao longo dessa última semana, reuniões alternadas para estabelecer modos de convivência entre os líderes da Aliança Democrática, que resiste bravamente ao desaparecimento, funcionando hoje em apenas três estados.

Restaram das reuniões convicções que vão ser pavimentadas em concreto nesses próximos dias:

1) O conjunto das forças que apoiam o Governo deverá apresentar ao relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, um anteprojeto alternativo, que disporá do amplo e franco apoio da base de sustentação do Governo, para sua defesa em plenário;

2) Em relação ao FMI, há um crescente entendimento de que a posição do Governo, realista diante do quadro da economia internacional, deve ser apoiada pelos partidos da Aliança, muito embora o deputado Ulysses Guimarães ainda venha encontrando resistências na corrente jacobina de seu partido.

## EVITAR O CRUZAMENTO

Formuladores do Governo estão projetando os riscos de se cruzarem, num mesmo momento, daqui a três meses, duas variáveis: 1) a decisão sobre o mandato do presidente Sarney em outubro; 2) a possibilidade de recrudescimento da inflação, no segundo semestre, se não for adotada a flexibilização dos preços, e se faltarem gêneros nas prateleiras dos supermercados. Esse cruzamento perverso de dados colocaria o País na iminência de uma eleição presidencial em abril de 88. Mas o

Governo está confiante em que o pedestal não virá.

## ELEIÇÕES RACHAM

Para pessoas ligadas ao presidente Sarney, foi um erro estratégico do PMDB ter lutado por eleições municipais em 88. O partido não evitará o racha das convenções municipais, e verá fragilizar-se a grande base montada em todo o País, com mais de quatro mil diretores. A única maneira de o partido livrar-se dessa perda de densidade seria a marcação de eleições presidenciais simultâneas para 88. Mas isso as pessoas ligadas ao Presidente recusam sequer pensar.

## O CALENDÁRIO DE BRIZOLA

O ex-governador Leonel Brizola estaria cometendo um equívoco na sua avaliação política, pois, à medida em que se alongarem as eleições presidenciais, mais terá condições de exercer seu proselitismo em todo o País, aproveitando-se dos rachas internos do PMDB, para absorver a insatisfação do eleitorado daquele partido. Uma eleição presidencial, em 88, certamente não teria Brizola como favorito, dada a impossibilidade de ter uma máquina. Mas em 89 ou 90, aí sim, seria imbatível. Esse raciocínio foi captado em gabinete do Palácio do Planalto.

## PFL VAI AO RIO AMANHÃ

O alto comando do PFL estará amanhã no Rio para uma festividade promovida, em Niterói, pela nova estrela do partido, o empresário Hélio Paulo Ferraz, o "super-helinho". Detentor de 1 milhão e 200 mil votos nas últimas eleições para o Senado, concorrendo pelo PL, Ferraz passa para o PFL com dois projetos alternativos: ganhar a prefeitura de Niterói, de onde saiu, ou não saiu ainda, Moreira Franco.

## PMDB, o mais conservador

Em PMDB, e não no seu parceiro na Aliança Democrática, o PFL, tido como de caráter mais conservador, que se concentra em classe proprietária na Constituinte. Estudo feito pelo professor David Fleischer indica que 116 peemedebistas são proprietários, contra 50 do PFL. No setor agrário, 54 são do PMDB e 18 do PFL, no setor finanças-bancos-empresas 26 são do PMDB e 11 do PFL, e no setor de comércio-seguros-serviços 15 são do PMDB e 11 do PFL. No total, 55% destes "constituintes-capitalistas", como define Fleischer, pertencem ao PMDB, e 23,7% ao PFL.

O perfil do PMDB de 1987 é bastante diferente daquele que em 1967 tinha o então MDB, única força

partidária de resistência ao regime militar. Naquela época, apenas 6% da bancada eram proprietários rurais. Em 1979, já em tempos de abertura, o percentual caiu a metade, chegando a 3,2%. Nas eleições de 1982, 11,5% da bancada eleita eram de proprietários rurais, percentual que atingiu 18,1% na Constituinte.

Da mesma maneira, houve um aumento significativo de proprietários no setor de comércio-bancos-empresas-financeiras. O percentual de proprietários em 1967 era de 12%, passou para 13,5% em 1979, para 17,2% em 1983, e chegou a 22,1% na Constituinte.

A perspectiva de o PMDB chegar ao poder, que se tornou patente a partir das eleições de 1982, trouxe para o parti-

do grandes levas de representantes da classe proprietária. Esse inchaço do PMDB foi promovido em grande parte pelos políticos abrigados até então na Arena, que engrossou as fileiras do hoje partido majoritário com 72 parlamentares.

Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso têm tentado fazer prevalecer o programa partidário, mas, matérias progressistas foram derrubadas por peemedebistas. Elas seriam aprovadas caso recebessem os votos contrários apenas dos conservadores filiados a outros partidos.

O "aburguesamento" do PMDB contribui de forma expressiva para o alto percentual que a classe proprietária detém na Assembleia: 37,7% — 211 dos 559 constituintes.

## Hermes Zanetti, pelo professor

O deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) é um exemplo típico de parlamentar que atua de forma enfática em favor de sua categoria — a dos professores — e de sua área. Em seu primeiro mandato, na legislatura passada, ocupou diversas vezes a tribuna para apoiar os movimentos grevistas nas universidades e as lutas em favor de melhores salários para os profissionais de educação, e coordenou a aprovação da emenda Calmon, que obriga a União a aplicar no mínimo 13%, e os estados, Distrito Federal e municípios no mínimo 25% da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Ex-presidente da Confederação dos Professores do Brasil, antes mesmo de ser parlamentar, Zanetti já frequentava o Congresso em defesa de sua categoria. Ele conta que em dois anos levou "mais de 5 mil professores" ao plenário,

para garantir a aprovação da aposentadoria especial, que ocorreu em 1981.

Vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura na legislatura passada, Zanetti presidiu a subcomissão de Educação da Constituinte. Sua luta, na Assembleia, é pela garantia, na nova Constituição, de ensino público gratuito em todos os níveis, destina-



Hermes Zanetti

ção das verbas públicas para as escolas públicas, manutenção da vinculação orçamentária para a educação e da aposentadoria especial dos professores.

Outra grande preocupação de Zanetti é com o analfabetismo: ele apresentou emenda para incluir, nas disposições transitórias da futura Carta, artigo segundo o qual o Poder Público destinará recursos e desenvolverá todos os esforços para garantir a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, até o ano 2000, com a mobilização de todos os setores ativos organizados da sociedade brasileira.

Também é de Zanetti emenda que visa assegurar constitucionalmente a gestão democrática das universidades, através de critérios públicos e transparentes, com a participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade na escolha dos dirigentes.